

Moção

Comunidades de Energia Renovável em São Domingos de Benfica

As alterações climáticas, resultantes da ação humana, constituem um dos maiores desafios da atualidade. São amplamente reconhecidas pela comunidade científica internacional como uma ameaça urgente, impondo a necessidade de reduções urgentes, rápidas e significativas das emissões em todos os setores de atividade. O 6.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) confirma que cada incremento, ainda que pequeno, na temperatura média global contribui para intensificar a frequência e a severidade de fenómenos extremos, como ondas de calor, secas prolongadas e eventos meteorológicos extremos.¹ O futuro que deixaremos às próximas gerações depende, assim, da capacidade de adotar medidas eficazes que reduzam os impactos da exploração dos recursos naturais.

Em Portugal, os efeitos das alterações climáticas já são manifestos, com consequências graves para os ecossistemas, a biodiversidade, a segurança alimentar, a subida do nível da água do mar e o aumento da temperatura média do território. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera tem vindo a registar uma tendência consistente de aumento das temperaturas, com vários dos anos mais recentes entre os mais quentes desde que há registos. Este cenário tem sido acompanhado por um aumento da variabilidade da precipitação, incluindo anos marcados simultaneamente por temperaturas elevadas, seca prolongada em determinadas regiões e episódios de precipitação intensa noutras.

Recentemente, o país foi afetado por uma sequência particularmente intensa de tempestades, descrita como um “comboio de tempestades”, que provocou cheias, danos em infraestruturas e levou à declaração do estado de calamidade em diversas regiões. Anteriormente, os grandes incêndios florestais tiveram consequências devastadoras, com perda de vidas, destruição de habitações e vastas áreas ardidadas. A intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, associados pela ciência ao aquecimento global, tem

¹ IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, H. Lee e J. Romero (eds.)]. IPCC, Genebra, Suíça, pp. 5. doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

impactos diretos na saúde pública, no consumo e produção de energia, na segurança energética e na vulnerabilidade das populações, sobretudo em áreas urbanas densamente povoadas, com edificado antigo e manutenção insuficiente.

A produção de eletricidade a partir de fontes renováveis representa uma parcela significativa do fornecimento energético, posicionando o país como uma referência nesta área. No entanto, a maior parte da energia consumida continua a provir de derivados de petróleo, o que indica que Portugal ainda importa mais energia do que aquela que produz², tornando o país mais vulnerável perante crises energéticas e conflitos mundiais.

No quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a descentralização da produção de energia surge como um elemento fundamental de resiliência em contextos de crise. Situações recentes evidenciaram a fragilidade de sistemas energéticos excessivamente dependentes de grandes centrais de produção e de extensas infraestruturas de transporte, que podem ser afetadas por avarias, fenómenos extremos ou atos maliciosos. Neste contexto, ganham relevância soluções como micro-redes e a produção distribuída de energia renovável, capazes de assegurar o funcionamento de serviços essenciais, como hospitais e centros de comunicação.

Em Portugal, o debate suscitado em torno do apagão³ de 28 de abril de 2025 evidenciou a necessidade de reforçar a resiliência do sistema elétrico, bem como o papel que a produção própria de energia renovável pode desempenhar na continuidade de operações críticas em situações de falha da rede. Um exemplo ilustrativo é o do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, que conseguiu manter parte das suas instalações no Campus do Lumiar em funcionamento durante o apagão, graças aos seus sistemas de produção de energia renovável, demonstrando o contributo destas soluções para a resiliência local.⁴

Neste contexto, a existência de edifícios e infraestruturas com capacidade de produção reforça a importância estratégica de promover projetos locais de comunidades de energia renovável à escala das freguesias. A promoção da produção descentralizada, com

² [Portugal - Countries & Regions](#) - IEA — Energy system of Portugal, 2024

³ [O que causou o apagão? A inércia \(mas não a que pensam\) – ECO](#)

⁴ [LNEG e o “Apagão”](#)

envolvimento direto dos cidadãos, constitui um instrumento central da transição energética, permitindo conjugar sustentabilidade, participação democrática e benefício comunitário.

Lisboa integra a Missão Europeia “Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes”⁵⁶, assumindo metas mais ambiciosas. O Plano de Ação Climática Lisboa 2030 estabelece, entre outros objetivos, a redução das emissões de gases com efeito de estufa em 70% face a 2002, a concretização da neutralidade climática até 2050, a instalação de 103 MW de potência fotovoltaica na cidade e a obtenção de 100% de eletricidade renovável no universo da autarquia.⁷

São Domingos de Benfica dispõe de um potencial solar que deve ser valorizado. Segundo a Carta de Potencial Solar de Lisboa, desenvolvida pela Lisboa E-Nova e disponibilizada através da plataforma Solis Lisboa, 37% dos telhados apresentam exposição solar muito boa ou boa e a radiação solar recebida é 19 vezes superior ao consumo residencial de eletricidade da freguesia. À escala da freguesia, a produção de energia fotovoltaica a nível local poderá atingir um potencial estimado de 138.254 MWh/ano, superior ao consumo elétrico, contribuindo para a redução da fatura energética da Junta, de instituições locais e das famílias.⁸ Alguns equipamentos localizados na freguesia podem ser considerados para esse fim, nomeadamente a sede da Junta, o mercado, as escolas básicas e o futuro pavilhão desportivo.

As comunidades de energia renovável (CER)⁹ constituem, assim, uma oportunidade para promover a sustentabilidade ambiental, reduzindo as emissões associadas ao consumo elétrico, diminuindo os custos de energia para residentes, em particular para agregados em situação de pobreza energética, e contribuindo para o cumprimento das metas climáticas municipais e nacionais. Ao mesmo tempo, reforçam a coesão comunitária e a participação cidadã através de modelos de partilha de benefícios. Entre outras vantagens, permitem uma poupança significativa nas faturas de eletricidade dos edifícios da Junta, viabilizam investimentos com menores custos por efeitos de escala, apresentam um período de

⁵ [Comissão anuncia a participação de 100 cidades na Missão da UE «Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes até 2030»](#)

⁶ [Guimarães, Lisboa e Porto entre 100 cidades participantes na Missão da UE «Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes até 2030» - Representação em Portugal](#)

⁷ https://amensagem.pt/wp-content/uploads/2021/08/PAC_LISBOA_2030_Relatorio.pdf, pág. 36

⁸ [Mapa Solar de Lisboa | Consulte o potencial Solar da Cidade de Lisboa.](#)

⁹ [Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.](#)

retorno do investimento de médio prazo compatível com a durabilidade dos painéis e envolvem a população e as empresas locais em projetos de impacto positivo.

Nas proximidades da nossa freguesia, a Comunidade de Energia Renovável de Telheiras/Lumiar constitui o caso de referência nacional mais relevante e replicável. Este projeto resultou de uma moção apresentada pelo LIVRE na Assembleia de Freguesia do Lumiar, aprovada por unanimidade, que propôs a criação de comunidades de energia renovável com recurso aos edifícios públicos da freguesia.¹⁰

A Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica deve, por isso, assumir um papel ativo no aproveitamento do potencial solar do seu território, apoiando a criação de projetos de comunidades de energia renovável com benefícios diretos para a população residente, equipamentos públicos, associações e coletividades da freguesia. Com uma atuação empenhada, é possível construir um modelo energético mais justo, sustentável e democrático, colocando o potencial solar da freguesia e a transição energética ao serviço da sua população, com especial atenção às pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade energética.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida a 28 de abril de 2026, que delibere recomendar à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica que:

1. Promova e dinamize, em articulação com moradores, associações e parceiros técnicos, a constituição de uma Comunidade de Energia Renovável na freguesia, assumindo a Junta o papel de parceira e membro dessa comunidade;
2. Proceda ao levantamento sistemático dos edifícios e espaços públicos na freguesia com potencial para instalação de sistemas de produção de energia renovável, com prioridade à energia solar fotovoltaica;
3. Elabore um diagnóstico sintético da realidade socioeconómica e da vulnerabilidade energética na freguesia, identificando grupos mais expostos à pobreza energética, de modo a orientar prioritariamente para esses agregados os benefícios de futuros projetos comunidades de energia renovável;

¹⁰ [73 energy communities selected for the ENERCOM Facility programme: The first €3 million are about to be disbursed!](#)

4. Desenvolva ações de informação e sensibilização dirigidas à população de São Domingos de Benfica, incluindo comunidades escolares, associações de moradores, condomínios e coletividades, sobre os impactos das alterações climáticas em contexto urbano, o potencial solar da freguesia e as vantagens das comunidades de energia renovável na redução de custos energéticos e no reforço da participação cidadã;
5. Identifique oportunidades de financiamento para projetos de produção de energia renovável na freguesia, designadamente fundos europeus e programas nacionais e outras fontes relevantes, bem como potenciais parcerias com entidades públicas, privadas e do setor cooperativo;
6. Apoie a criação de, pelo menos, um projeto de produção de Comunidade de Energia Renovável na freguesia, em articulação com organizações e associações locais, prestando apoio técnico, logístico e financeiro à sua constituição entre entidades e pessoas interessadas.

São Domingos de Benfica, 22 de abril de 2026

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Ana Luísa Natário